



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

JAIRO TELLYS JOVEM LEAL

O PROBLEMA DA EXPERIÊNCIA EM BERTRAND RUSSELL

CAMPINA GRANDE - PB

2019

JAIRO TELLYS JOVEM LEAL

O PROBLEMA DA EXPERIÊNCIA EM BERTRAND RUSSELL

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em
Filosofia como exigência para a obtenção do
grau de licenciado em Filosofia, sob orientação
do Prof.º Dr. Carlos Antônio de Souza.

CAMPINA GRANDE - PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L434p Leal, Jairo Tellys Jovem.
O problema da experiência em Bertrand Russell
[manuscrito] / Jairo Tellys Jovem Leal. - 2019.
19 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Filosofia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Carlos Antônio de Souza ,
Coordenação do Curso de Filosofia - CEDUC."
1. Filosofia moderna. 2. Experiência. 3. Sujeito. 4. Objeto.
I. Título

21. ed. CDD 190

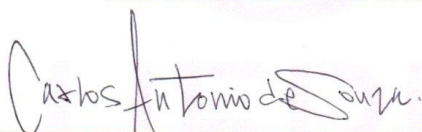
JAIRO TELLYS JOVEM LEAL

O PROBLEMA DA EXPERIÊNCIA EM BERTRAND RUSSEL

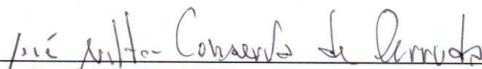
Trabalho de Conclusão de Curso
de Licenciatura em Filosofia da
Universidade Estadual da Paraíba,
como pré-requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciado
em Filosofia.

Aprovado em: 04/12/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Antônio de Souza (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Írio Vieira Coutinho Abreu Gomes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

O PROBLEMA DA EXPERIÊNCIA EM BERTRAND RUSSELL.....	5
Considerações preliminares.....	5
Descartes e o dualismo.....	7
Empirismo: a experiência como fonte do conhecimento.....	8
Monismo.....	11
A experiência segundo Russell.....	13
Considerações finais.....	18
Referências bibliográficas.....	19

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a análise da experiência realizada por Bertrand Russell. Ele começa analisando o uso da palavra experiência, alertando quanto ao uso dos termos, para se evitar possíveis confusões causadas por novos significados atribuídos à linguagem ordinária. Seguindo o paradigma lógico-linguístico, ele defende que a experiência é uma relação de familiaridade formada por duas partes, a saber, uma que recebe o nome de sujeito e a outra é o objeto; o sujeito é a parte que experiencia (qualquer coisa que esteja familiarizado com o objeto), enquanto o objeto é a parte que é experienciada. Russell recusa o dualismo cartesiano que defende a existência de um sujeito e de um objeto como substâncias primárias; sua pretensão é de sair do campo do pensamento metafísico que considera a existência de uma essência das coisas. Assim, como também, ele recusa o pensamento da escola empirista moderna, que, em parte, segue o dualismo cartesiano (tal é o caso de Locke, pois Berkeley é idealista – e que por esse comprometimento parcial também é alvo da crítica de Russell), com exceção de David Hume que critica o empirismo e o direciona para o ceticismo ao suspender a noção de um sujeito e de um objeto. O pensamento de Hume, de certo modo, serviu de base para Russell realizar suas observações acerca da experiência. Para Russell, tanto o sujeito quanto o objeto só são alcançados por descrição, sendo apenas partes da relação de experiência que só existe se ambas as partes (sujeito e objeto) existirem. Desta forma, Russell também se mostra contrário ao pensamento do monismo (oposto ao dualismo), em especial ao do monismo neutro que além de negar a divisão do mundo em mente e matéria, nega a existência de um caráter “mental” que é revelado na introspecção, mas que, segundo Russell, não saiu do campo das ideias. Russell, ainda, rejeita a opinião de que a experiência envolve modificações mentais chamadas de conteúdos, a partir da distinção entre conteúdo e objeto notada por Alexius Meinong.

Palavras-chave: Experiência. Sujeito. Objeto.

Abstract

The present paper aims to present the analysis of the experience done by Bertrand Russell. He began by analyzing the use of the word experience, warning as to the use of the terms, in order to avoid possible mistakes caused by new meanings attributed to the ordinary language. By following the logical-linguistic paradigm, he contends that experience is a relation of familiarity formed by two parts, that is, one called the subject and the other known as object. The subject is the part that experiences (anything familiarized with the object), whereas the object is the experienced part. Russell refuses the Cartesian dualism that contends the existence of a subject and of an object as primary substances; his intention is directed towards the abandonment of the metaphysical thought, which considers the existence of an essence of things. Thus, he also refuses the thought of the modern empiricist school that, to a degree, follows the Cartesian dualism (such is the case with Locke because Berkeley is idealist - this also makes it a target to Russell's criticism), except David Hume who criticizes the empiricism and furthers it towards scepticism by rejecting the notion of both subject and object. Hume's thought, somehow, presented the basis whereon Russell made possible his observations concerning experience. To Russell, both subject and object can only be reached by description, wherein they are parts of the relation of experience which exists only if both parts (subject and object) exist. Thus, Russell also is opposed to the monism thought (opposed to dualism), mainly the neutral monism which denies the division of the world in mind and matter, as well as the existence of a “mental” character, revealed in introspection, but, according to Russell, it never left the field of ideas. Russell also rejects the opinion that

experience involves mental modifications called contents, established in the distinction between content and object observed by Alexius Meinong.

Key words: Experience. Subject. Object.

O PROBLEMA DA EXPERIÊNCIA EM BERTRAND RUSSELL¹

Jairo Tellys Jovem Leal

Considerações preliminares

Um pensador de múltiplos interesses intelectuais, Bertrand Russell (1872 – 1970) foi uma das figuras mais importantes da filosofia do século XX. Ele abre uma nova discussão acerca do uso da palavra “experiência”. É assim, por exemplo, que ele trata do problema em seu ensaio *Da natureza da familiaridade*:

A palavra “experiência”, como muitas palavras que expressam ideias fundamentais na filosofia, foi importada para o vocabulário técnico da linguagem da vida diária, e retém algumas das impurezas de sua existência externa apesar da tentativa de filósofos impacientes de depurá-la e retocá-la. (RUSSELL, 1978: 15).

Russell mergulha nos conceitos do conhecimento humano, na tentativa de buscar de forma profunda um método mais adequado para o uso das palavras² e, assim, para o entendimento das estruturas do conhecimento. Ele alerta sobre a dificuldade com relação ao uso das palavras: “os significados das palavras comuns são vagos, flutuantes e ambíguos, como a sombra projetada por um lampião tremulante numa noite de vento” (Id., *ibid.*: 16). Contudo, ele não sugere a troca da palavra por um novo termo técnico, mas um polimento da palavra comum até que ela se torne apropriada para os propósitos técnicos. Isso evitaria o obscurecimento da conexão do pensamento ordinário. Assim, Russell se mostra preocupado com o entendimento através da simplicidade, evitando as possíveis confusões causadas por novos significados atribuídos à linguagem ordinária.

Segundo Russell, ao analisar o ideal envolvido na palavra “experiência”, uma outra análise é requerida para a definição de “mente” e “mental”. Ele recusa a generalização realizada por René Descartes (1596 – 1650), que considera a existência de duas entidades (mente e matéria), por entender que essa não seja uma teoria aceitável como base para a realidade.

Além do dualismo cartesiano, Russell considera outras duas opiniões a serem questionadas, a saber: uma contrária ao dualismo que é chamada de monismo neutro que, além de negar a divisão do mundo em mente e matéria, nega a existência de um caráter “mental” que é revelado na introspecção (segundo o monismo neutro, nem “toda a realidade é a mente” e nem “toda realidade é a matéria”). Já a outra opinião considerada é a do monismo idealista que considera um caráter chamado “mental” e que tudo tem esse caráter.

Para Russell, investigar o significado da palavra “mental” também é investigar o significado da “experiência”. Desta forma, há uma correspondência entre “mental” e “experiência”.

¹ Trabalho de conclusão de curso – TCC apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia (licenciatura plena), para obtenção do grau de licenciado em filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Antônio de Souza.

² Paradigma lógico-linguístico adotado por Russell para estabelecer o rigor lógico da linguagem e, assim, evitar as confusões geradas pelas ambiguidades dos termos.

As coisas que se diz que um homem experiencia são as coisas que estão dadas na sensação, seus próprios pensamentos e sentimentos (pelo menos na medida em que ele é consciente deles), e talvez (apesar de que neste ponto o senso comum poderia hesitar), os fatos que ele chega a conhecer pelo pensamento. Em qualquer momento dado, existem determinadas coisas das quais um homem é “consciente”, determinadas coisas que estão “diante de sua mente”. (Ibid.: 17).

Russell tinha uma pretensão de evitar compromissos metafísicos (que defende que as coisas possuem essência), com isso ele procurou uma forma de simplificar o entendimento do conhecimento através da linguagem e da lógica – pode-se dizer que o pensamento matemático foi uma grande influência.

Como exemplo de seus esforços para aliar o rigor da análise lógico-linguística com a empreitada de evitar os embaraços da metafísica, Russell desenvolve sua teoria da denotação³, a partir do princípio de que “as expressões denotativas nunca têm qualquer significado em si próprias, mas cada proposição, em cuja expressão verbal elas ocorrem tem significado” (Id., ibid.: 4).

Segundo Russell, temos o conhecimento de trato imediato das coisas de que temos representações, isto é, das coisas que estão “diante da mente”, mas há coisas que somente alcançamos por meio de expressões denotativas (conhecimento acerca de). Consequentemente, o objeto da denotação pode ser descrito erroneamente. Quanto a isso, em seu ensaio *Da natureza da familiaridade*, Russell diz:

se sou questionado, posso responder que sou consciente disto, daquilo, daquilo outro, e assim por diante através de uma coleção heterogênea de objetos. Se descrevo estes objetos, posso obviamente descrevê-lo erradamente; portanto não posso comunicar com certeza a outra pessoa quais são as coisas das quais sou consciente. Mas se falo comigo mesmo e denoto-as pelo que se pode chamar “nomes próprios”, ao invés de por palavras descritivas, não posso estar errado. Durante o tempo em que os nomes que uso realmente são nomes nesse momento, isto é, estão nomeando coisas para mim, nesse tempo as coisas devem ser objetos dos quais sou consciente, uma vez que de outro modo as palavras seriam sons carentes de significado, não nomes de coisas. (Id. 1978: 17).

Não só os objetos, mas também os sujeitos da experiência são alcançados por descrição. O sujeito tratado por Russell não tem um sentido ontológico, mas, assim como o objeto, é uma parte da relação dual chamada de experiência. Logo, a relação de experiência só existe se ambas as partes existirem. Diferente do que outros pensadores consideraram, para Russell, “mente” e “sujeito” não constituem uma relação de identidade. Disso tudo, podemos notar o direcionamento para a compreensão do “sujeito” como sendo apenas uma construção a partir da interação com o meio, diferente da visão de “sujeito” como um ser constituído de essência defendida pelos idealistas.

Notemos até aqui que Russell não está interessado na perspectiva de um sujeito e um objeto fixos, e que são mediados por sensações e ideias, como defendida desde a antiguidade pelos racionalistas e os empiristas. Porém, entre os empiristas podemos citar David Hume (1711 – 1776) como um nome, um tanto fora da curva, que abriu a possibilidade de um novo trilhar filosófico do qual serve de base para teoria de Russell acerca da experiência. David Hume move a posição do empirismo na direção do ceticismo, não considerando o sujeito e o objeto como categorias ontológicas (substâncias), o que existe são apenas impressões e ideias.

³ As expressões denotativas são, logicamente, desprovidas da função de nomear. Em seu ensaio *Da denotação*, Russell destituiu o sujeito gramatical do status de sujeito lógico e o transforma em uma descrição (v. id. 1978: 3 - 14)

Antes de dar continuidade à discussão sobre a análise da experiência feita por Russell, vale agora expor um pouco as teorias das quais Russell questiona em seu caminhar filosófico, e que ao longo da história tratou a relação entre o sujeito e o objeto. Ele considera três opiniões: 1) dualismo, que considera a existência de uma substância pensante (espírito) e uma substância extensa (corpo); 2) idealismo, que admite somente a existência de um caráter “mental”; e 3) monismo neutro, os que negam um caráter chamado de “mental” e a divisão do mundo em mente e matéria. Vamos expor, também, alguns teóricos do empirismo, começando por John Locke (1632 – 1704), passando por George Berkeley (1685 – 1753) até chegar em David Hume. E, posteriormente, discutir sobre a análise da experiência realizada por Russell e as considerações finais.

Descartes e o dualismo

Descartes é considerado o pai do pensamento moderno. Ele realiza o movimento de revolução da relação entre o sujeito e o objeto; o cognoscente deixa de ser um percipiente passivo, refém das formas e qualidades dos objetos e passa a duvidar radicalmente de tudo, até de si mesmo, dando origem a uma subjetividade que dá autoridade a um sujeito humano, o qual passa a ser o fundamento de todos os pensamentos e começa a entender a realidade das coisas a partir de si mesmo e não mais do objeto. Nesta empreitada, a partir do método da dúvida universalizada⁴, ele extrai desta a única certeza que lhe escapa; chegando assim, à conclusão da existência de si mesmo.

Para ter certeza da existência de si, Descartes cria a hipótese de um gênio enganador que brinca de forma astuciosa em confundir-lo para chegar à conclusão de que, mesmo sendo enganado, esse gênio enganador nunca poderá fazer com que o que pensa ser algo nada seja.

Não há dúvida, portanto, de que eu, eu sou, também, se me engana: que me engane o quanto possa, nunca poderá fazer, porém, que eu nada seja, enquanto eu pensar que sou algo. De sorte que depois de ponderar e examinar cuidadosamente todas as coisas é preciso estabelecer, finalmente que este enunciado eu, eu sou, eu, eu existo é necessariamente verdadeiro, todas as vezes que é por mim proferido ou concebido na mente. (Id., *ibid.*: 39).

Daí, procurando se definir, ele chega à segunda conclusão, a saber, a de que é uma coisa que pensa⁵. Esse é um dos pilares do seu dualismo, considerando-se que para ele o “eu” é substância, portanto autossubsistente.

E, a partir da condição de existência da coisa pensante⁶, Descartes considera que o conhecimento de si mesmo não depende das coisas cuja existência são desconhecidas e nem das que estão na imaginação.

Em contraposição ao pensamento, a corporeidade é definida pela propriedade da extensão.

Como Descartes não assume o idealismo, depois de fixar a substância pensante, passa a analisar as ideias contidas no sujeito, com vistas a examinar a possibilidade de existência de uma realidade transcendente e, assim, analisando, entre outras, inclusive a ideia Deus, ele constata (seguindo o princípio de que o efeito não deve suplantar a causa) que pelos atributos superlativos constitutivos da referida ideia, como por exemplo, o da infinitude, sendo ele (o meditante) finito, imperfeito, etc; não poderia ser a causa da referida ideia. Sendo assim, segue-se que Deus existe e que tendo tais atributos ele não pode ser enganador.

⁴ DESCARTES. 2003: 15 – 27.

⁵ Id., *ibid.*, §7: 43.

⁶ “Coisa que duvida, que entende, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente”. (Id., *ibid.*: 45).

Tudo isso é necessário para, na investigação sobre a possibilidade da existência da realidade material, poder afirmar justificadamente tal existência. Nesta investigação, ele analisa diversas faculdades indicativas da possibilidade de existência da realidade material como, por exemplo, a faculdade da imaginação (indicativa da probabilidade da existência da corporeidade); e outras como a faculdade de mudar de lugar e de assumir formas que não poderiam ser entendidas a menos que residissem em alguma substância que garanta a existência destas faculdades. Essa substância que comporta o movimento e as formas não pode conter nenhuma inteligência, pois, se é seguro que estas faculdades existem, e tendo como característica a propriedade da extensão, elas devem estar em uma substância corporal ou extensa. Por fim, ele examina a faculdade do sentir. Notando que a sensação é involuntária e passiva, ele propõe que deve haver uma faculdade ativa externamente que é a causa das sensações; e não sendo Deus enganador e lhe tendo inculcado a crença na existência das coisas materiais como causa das sensações, portanto, ele chega à conclusão de que é forçoso admitir que as coisas materiais existem. Com isso Descartes chega a seu segundo pilar do dualismo que é a existência de uma substância extensa.

O pensamento cartesiano foi importante para abrir o período da modernidade. O ceticismo metodológico adotado por Descartes resultou no reinado do sujeito e da sua subjetividade. Assim, como o dualismo cartesiano foi importante para revolução na história do pensamento, outras correntes filosóficas também tiveram sua importância e foram relevantes para a análise da experiência de Russell. Logo, quando se fala sobre experiência é certo lembrarmos do empirismo, e foi a crítica ao empirismo realizada por Hume que serve de base para Russell.

Empirismo: a experiência como fonte do conhecimento

Os empiristas defendem que é somente através da experiência que o conhecimento é adquirido. Um dos nomes mais influentes é o de John Locke. Conhecido como o fundador da teoria empirista do conhecimento, ele pregou a teoria da tábula rasa, segundo a qual a mente humana é como uma folha em branco, que vai sendo preenchida através da experiência. Essa teoria é contrária à doutrina das ideias inatas, segundo a qual princípios gerais são inerentes ao conhecimento humano e existem independentemente da experiência.

Locke considera a ideia como objeto do pensamento e que todo homem tem consciência de que pensa, e que quando está pensando sua mente se ocupa de ideias. Mas, como ele considera a mente um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem nenhuma ideia, então é a experiência que imprime esse papel, e vai dando forma a todo o conhecimento. É através da experiência que todo o conhecimento é fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Nossas ideias derivam da sensação ou reflexão, pois a experiência está empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas da mente.

Os sentidos transmitem as várias e distintas percepções das coisas para a mente, então a mente recebe o que os sentidos extraem dos objetos sensíveis a ideia de branco, vermelho, quente, frio, claro, escuro, doce, amargo, duro, mole, e todas as ideias denominadas de qualidades sensíveis. Locke investiga a natureza da sensação de modo a conceber a diferença entre as qualidades nos corpos e as ideias por elas produzidas na mente. As qualidades que estão nos corpos – quer percebamos, quer não – são chamadas de qualidades primárias e reais (extensão, figura, solidez, movimento, número, etc), já as modificações dessas qualidades primárias são potências que produzem as diferentes ideias de cores, sons, odores, gostos, etc, assim sendo qualidades secundárias. Para Locke,

como os nossos sentidos não são capazes de notar nenhuma dissemelhança entre a ideia produzida em nós e a qualidade do objeto que a produz, inclinamo-nos a

imaginar que as nossas ideias são semelhanças de algo que existe nos objetos e não os efeitos de certas potências radicadas na modificação das suas qualidades primárias, com as quais as ideias produzidas em nós não têm qualquer semelhança. (LOCKE. 1999: 81).

Outra fonte de ideias são as operações da mente, que consiste na percepção das ideias já pertencentes à nossa mente. Acarretando o surgimento de séries de ideias que não poderiam ser obtidas de coisas externas, tais como: o duvidar, o julgar, o querer, e todos os diferentes atos de nossas próprias mentes. Disso, Locke (ibid.: 58) afirma “que estas duas, a saber, as coisas materiais externas, como objeto da sensação, e as operações de nossas próprias mentes, como objeto da reflexão, são os únicos dados originais dos quais as ideias derivam”.

Para Locke, algumas de nossas ideias são simples e outras complexas. As ideias simples são fornecidas à mente unicamente pela sensação e reflexão. Segundo ele, a mente não tem o poder de inventar ou formar e nem de destruir ideias originais, apenas assume a condição de receptora. Já as ideias complexas surgem comparando, reunindo e separando (abstração) as ideias simples. Logo, todas as ideias complexas se resumem a ideias de modos, substância e relação.

Locke também fala sobre outras faculdades e operações que a mente realiza em direção ao conhecimento. A memória seria um modo de reter as ideias impressas para que no futuro seja possível revivê-las em nossas mentes sem o auxílio daquelas qualidades sensíveis que inicialmente as imprimiram na mente, pois, para ele,

sendo a mente humana limitada a ponto de ser incapaz de manter, ao mesmo tempo, muitas ideias sob a vista e observação, mostrou-se necessário um depósito para preservar aquelas ideias que, em outra oportunidade, podem ser usadas. Contudo, nossas ideias são apenas percepções presentes na mente, deixando de ser algo quando não são percebidas. A conservação de nossas ideias no depósito da memória nada mais significa do que isto: em vários casos a mente tem o poder para reviver percepções que certa vez lhe pertenceram, acrescentando-se, assim, as percepções tidas por ela anteriormente (ibid.: 81).

Uma outra operação é a abstração. Segundo Locke, é através da abstração que a mente transforma as ideias particulares recebidas de objetos particulares em ideias gerais. Isso se faz necessário, pois, se para cada ideia particular for dado um nome distinto, os nomes seriam infinitos. Assim, as ideias extraídas dos particulares tornam-se representações gerais de uma mesma classe e seus vários nomes aplicam-se a qualquer coisa que exista em conformidade com essas ideias abstratas.

Outros pensadores também contribuíram para reforçar a escola empirista moderna, tais como George Berkeley e David Hume. Berkeley não considera a existência dos objetos de modo exterior ao ser percipiente o qual é chamado de mente, espírito alma ou eu. Assim, para Berkeley só existe uma substância, o espírito, o percipiente, a mente, o sujeito; e é através dos sentidos da substância pensante que se chega à ideia das qualidades sensíveis. Ou seja, as coisas só existem na medida em que são percebidas. “Ora, para uma ideia, existir em coisa não percipiente envolve contradição, porque ter uma ideia é o mesmo que percebê-la; portanto, aquilo onde cor, figura e qualidades análogas existem tem de percebê-las” (BERKELEY. 1973: 20).

Berkeley critica a doutrina das ideias abstratas estabelecida por Locke; de tal doutrina decorre a suposta ideia de substância e, conseqüentemente, a noção de substância material. Para Berkeley, como todas as ideias são de particulares, as supostas ideias abstratas, formadas abstraindo-se de todas as particularidades possíveis, afiguram-se psicologicamente impossíveis.

Posteriormente, ele faz críticas à distinção entre as qualidades primárias e secundárias⁷ por considerar que as qualidades sensíveis não se separam. Segundo Berkeley (ibid.: 21), “extensão, figura, movimento são inconcebíveis separadas das outras qualidades. Onde existam, portanto, as outras qualidades sensíveis, essas devem existir também, isto é, no espírito e em nenhuma outra parte” e que a ideia de

grande e pequeno, rápido e lento, só existem no espírito, por serem inteiramente relativos, mudáveis com a posição e ordem dos órgãos dos sentidos. Portanto, a extensão existente fora do espírito não é grande nem pequena, o movimento nem rápido nem lento, isto é, não são nada (ibid.).

Desta forma, de acordo com Berkeley, na ausência de nossa percepção, somente existem as coisas que podem ser percebidas em decorrência da percepção divina, pois a existência das coisas não subsistiria se não houvesse alguém vendo, ouvindo, tocando, cheirando, sentindo ou experimentando, sendo impossível a existência de algo como objeto exterior. A ideia é tudo que é imediatamente conhecido, o que vale também para coisas que são lembradas ou imaginadas. Portanto, só existem mentes, nas quais estão as ideias extraídas das sensações e, assim, nada pode ser conhecido exceto o que está em alguma mente. Podemos notar que tal postura idealista deve, certamente, exemplificar àquela criticada por Russell.

Já Hume, que moveu a posição empirista na direção do ceticismo, questiona a existência do sujeito enquanto “eu” de forma constante e invariável, pois a consideração é de que cada pessoa “não passa de um feixe ou coleção de diferentes percepções que se sucedem umas às outras com inconcebível rapidez e que estão em perpétuo fluxo e movimento” (HUME. 2001: 301). O que Hume quer dizer é que as próprias afirmações acerca da intimidade com o “eu” não servem como premissas para se chegar à conclusão da existência do “eu”, como defendida pelos idealistas, que supõe o “eu” como referencial para as várias impressões e ideias; pois, segundo ele, não há impressão constante e invariável – as sensações não existem ao mesmo tempo. Portanto, a ideia de um “eu” constante e invariável não pode ser derivada das sensações. Ele foi contrário ao pensamento de que existem ideias inatas, e defendeu seu argumento de que as ideias dependem das sensações e que só temos ideias de algo depois de percebermos esse algo. Ele diz,

nunca consigo apanhar-me a *mim próprio*, em qualquer momento, sem uma percepção, e nada posso observar a não ser a percepção. Quando as minhas percepções são afastadas por algum tempo, como por um sono tranquilo, durante esse tempo não tenho consciência de *mim próprio* e pode dizer-se verdadeiramente que não existo (Id., ibid.: 300).

Disso decorre que a introspecção não garante a identidade do sujeito. O “eu próprio” sempre irá esbarrar numa ou outra percepção particular que vai surgindo de forma sucessiva.

A mente é uma espécie de teatro em que diversas percepções fazem sucessivamente a sua aparição; passam, voltam a passar, fogem deslizando (sic) e misturam-se numa variedade infinita de atitudes e situações. Não há propriamente nela nem *simplicidade* num instante, nem *identidade* em diferentes instantes, qualquer que seja a propensão natural que tenhamos para imaginar esta identidade e simplicidade (ibid.: 301).

⁷ Tal distinção endossa a hipótese de existência de uma substância material, na medida em que propõe que as referidas qualidades primárias, ao contrário das secundárias, que afirmam ser subjetivas, existem materialmente.

Então, Hume vai examinar acerca do que nos leva à crença e admissão que possuímos uma existência imutável. Segundo ele, a ideia que se tem de identidade se confunde com a ideia de sucessão de objetos relacionados através do senso comum, pois, assim como consideramos um objeto invariável e ininterrupto através da imaginação, também somos levados à noção de identidade no lugar da de objetos relacionados; e assim pensamos que os

diferentes objetos relacionados são de fato os mesmos, não obstante a sua interrupção e variabilidade. Para justificar a nós próprios este absurdo, muitas vezes inventamos algum novo e ininteligível princípio, que liga os objetos uns aos outros e impede a sua interrupção ou variação. É assim que inventamos a existência contínua das percepções dos nossos sentidos, para remover a interrupção; e chegamos à noção de *alma*, à do *eu* e à da *substância*, para mascarar a variação (ibid.: 303).

Ao desbancar a suposição de um “eu”, Hume afirma que o que existe são apenas impressões e ideias. Destarte, ele suspende a noção de um sujeito como um “eu” que constitua um suporte para ideias.

Relativamente à crença do senso comum em que os sentidos têm contato imediato com objetos exteriores, Hume diz que os homens são levados por um poderoso instinto da natureza a supor, com base nessa crença, a existência dos referidos objetos. Para ele, todavia, essa opinião universal e primária é equivocada, pois os sentidos são apenas as vias de acesso pelas quais as imagens são transportadas para mente, e não produzem nenhum contato imediato entre a mente e o objeto. Logo, há uma confusão em supor que as imagens apresentadas pelos sentidos são os próprios objetos exteriores.

A mesa que vemos parece diminuir à proporção que nos afastamos dela; mas a mesa real, que existe independentemente de nós, não sofre alterações alguma; por conseguinte, era a sua imagem, e nada mais, que estava presente ao intelecto. Esses são os ensinamentos óbvios da razão, e nenhum homem capaz de refletir jamais duvidou de que as existências que consideramos ao dizer *esta casa* ou *aquela árvore* não fossem mais do que percepções da mente e cópias ou representações fugidias de outras existências que permanecem uniformes e independentes (Id. 1973: 192).

Assim, Hume suspende, portanto, o juízo acerca das noções de “eu” e de “substância material”, constitutivas da estrutura da problematização moderna do conhecimento, e, desta maneira, o pensamento dele constitui, neste aspecto, uma base que será utilizada pela posteridade, inclusive Russell em sua análise da experiência – pelo menos de acordo com o ponto de vista aqui defendido.

Mas, antes de adentrarmos na discussão acerca da análise da experiência, vamos seguir a exposição das teorias que são questionadas por Russell. Agora, será sobre o pensamento que nega um caráter chamado de “mental” e a divisão do mundo em mente e matéria; e que é contrária ao dualismo.

Monismo

O pensamento dualista gerou divergências quanto à dicotomia físico-mental, pois, de acordo com a teoria monista, os eventos humanos podem ser classificados e explicados de dois modos distintos: ou como modo do pensamento ou como modo do mundo natural. É aqui que o monismo surge como forma contrária ao dualismo, defendendo a teoria da existência de uma única substância na composição de tudo o que existe no universo.

Tomando um sentido contrário ao dualismo, o monismo afirma que mente e corpo são uma mesma coisa. E, daí surge uma outra variante denominada de monismo neutro. Esta é apresentada por Russell, em seu ensaio *Da natureza da familiaridade*, da seguinte forma:

“Monismo neutro” – enquanto oposto a monismo idealista e a monismo materialista – é a teoria em que as coisas comumente tidas como mentais e as coisas comumente tidas como físicas não diferem com relação a qualquer propriedade intrínseca possuída por um conjunto e não possuída pelo outro, mas diferem unicamente com relação ao arranjo e ao contexto (1978: 24).

Como uma possibilidade de abandonar o dualismo e os problemas de um pensamento dicotômico, assim como a infundável busca pela essência das coisas, William James (1842 – 1910) defendeu em seus estudos a existência da experiência pura como única substância existente no mundo. James não acreditava na existência da consciência como uma entidade que ocupava lugar entre os primeiros princípios, mas insistia que ela representava uma função: o conhecer. “Conhecer, segundo ele, é uma relação exterior entre duas porções de experiência, que consiste no fato de que uma delas conduz à outra por meio de alguns intermediários”. (JAMES apud RUSSELL. 1978: 28).

Como seguidor da teoria da evolução das espécies estabelecida por Darwin, James não considera a consciência como um epifenômeno⁸. Segundo James, reconhecer a existência da consciência é negar a sua eficácia causal, de modo que ela vira uma coisa secundária, apartada da natureza. E, que sendo algo que não oferece vantagens e não gera benefícios, então a consciência deveria ser extinta. Portanto, é aceitável que a consciência deve proporcionar alguma vantagem, deve ter algum papel causal de fato.

Ernst Mach (1838 – 1916) foi outro pensador que procurou superar a unilateralidade tanto do materialismo como do idealismo defendendo uma única espécie de estofado do qual o mundo é feito. Por um sentido de economia do pensamento, Mach rejeita toda objetividade do mundo e desenvolve sua célebre teoria dos elementos. O que ele chama de elementos são complexos de sensações; logo os elementos do mundo não seriam nem objetivos nem subjetivos. Portanto,

Os corpos não produzem sensações, mas complexos de sensações (complexos de elementos) constituem os corpos. Se para o físico os corpos parecem as existências reais duradouras, enquanto as sensações são consideradas simplesmente como seus evanescentes, o físico se esquece de que o transitório mostra na assunção de tal perspectiva que todos os corpos nada mais são do que símbolos-pensados para os complexos de sensações (complexos de elementos) (MACH apud RUSSELL. 1978: 25).

Ainda mais,

O fato primário não é o *eu*, o ego, mas os elementos (as sensações). Os elementos *constituem* o *eu*. *Eu* tenho a sensação verde, significa que o elemento verde ocorre num complexo dado de outros elementos (as sensações, as lembranças). Quando *eu* deixo de ter a sensação verde, quando eu morrer, então os elementos não mais ocorrem em seu modo habitual, costumeiro de associação. Isso é tudo. Deixou de existir unicamente uma unidade ideal, mental e econômica, não uma unidade real (*ibid.*).

Mach acreditava que todo e qualquer conhecimento nada mais é do que um instrumento de adaptação da espécie humana. Desta maneira, os elementos são os constituintes da experiência e da realidade, o que mostra sua oposição a todo e qualquer discurso sobre entidades que existiriam para além da experiência humana.

Para nós, portanto, o mundo não é composto de entidade misteriosas que por interação com outra entidade igualmente misteriosa, o ego, produz as sensações que

⁸ Em um processo, fenômeno secundário a um fenômeno essencial, sobre o qual não tem efeitos próprios (v. AULETE, 2011).

são acessíveis isoladamente. Para nós, as cores, os sons, os espaços, os tempos (...) são os elementos fundamentais, cuja conexão é nossa tarefa investigar (ibid.: 26).

A física foi o caminho por onde Mach traçou suas opiniões e estabeleceu o caráter descritivo para a construção do pensamento de fatos. Considerando as dimensões humanas do conhecimento, Mach diz que afirmações empíricas podem ser reduzidas a afirmações sobre sensações. Logo, a escolha entre hipóteses relativas ao mesmo fato seria uma questão de economia de pensamento.

A experiência segundo Russell

Depois de ter exposto as diversas teorias rejeitadas por Russell (como, por exemplo, o dualismo e o monismo idealista), nos resta ainda o monismo neutro. Em relação a este último, ao invés de uma exposição, mesmo sucinta, de suas teses, aproveitaremos para apresentá-las já através das críticas formuladas por Russell, sendo o principal ponto a destacar neste caso a questão da ausência do elemento adicional à experiência na referida teoria monista. Vejamos, então, nas palavras do próprio Russell:

Em nossa primeira parte, fizemos uma investigação preliminar dos objetos experienciados. Na segunda parte, consideramos a teoria de que a experiência é meramente uma determinada inter-relação desses objetos, que não envolve nenhum existente particular em adição ao que se experiencia. Tendo verificado ser essa teoria insatisfatória, devemos agora procurar por todos os lados o constituinte adicional da experiência, e considerar a natureza de sua relação com os objetos experienciados (ibid.: 41).

Embora Russell rejeite a estrutura ontológica dos modernos (constituída pela relação entre o sujeito e o objeto mediada pelas ideias como conteúdos mentais), com base na qual é tratado o problema da experiência, ele nota, entretanto, a necessidade de referência ao sujeito, mesmo como algo destituído de caráter ontológico. O sujeito, neste caso, deve figurar na condição de mera referência, como algo imprescindível para a questão da experiência.

Russell, como um bom analítico, inicia seu caminhar teórico a partir dos fatos que são menos passíveis de dúvida. Ele põe em evidência “que a análise verdadeira, qualquer que possa ser, não pode ela própria estar entre os fatos que são imediatamente evidentes, mas deve ser alcançada, como uma hipótese científica, como o resíduo teórico deixado pela comparação de dados” (ibid.: 41). Segundo Russell, se o processo tiver início por aquilo que é inegável, mesmo assim, teremos que fazer uso de palavras que, por mais que soem familiares, possuem a necessidade de um exame minucioso e de uma definição que somente é possível num estágio posterior.

Aparentemente, a semântica pode ser um problema, porém, qualquer que seja a definição de “experiência”, o que está sendo trabalhado são os fatos sobre a objetividade da experiência fenomênica, e a possibilidade de experienciar a própria experiência, pois de outro modo não teríamos a noção de que temos experiências.

Russell tenta descrever, apreender, de um modo minimamente razoável (sustentável racionalmente)⁹ a questão da experiência cognitiva; e, para tanto, ele critica a posição do monismo por achar que o mesmo não saiu do campo das ideias.

Nesta empreitada, Russell quer superar a perspectiva que impede qualquer inferência para fora da experiência. Perspectiva essa que considera que não podemos afirmar a existência de uma determinada coisa exterior à experiência. Entretanto, Russell sustenta que nossa experiência não abrange tudo, já que existem objetos não experienciados e estes são

⁹ Preocupação de natureza lógica, questões de evitar compromissos logicamente insustentáveis.

passíveis de ser afirmados. Sendo um conhecimento possível por descrição e, portanto, uma inferência logicamente sustentável. Ele dá um exemplo básico: “podemos conhecer Jonas, a paternidade e o fato de que todo homem tem um pai. Então sabemos que existe ‘o pai de Jonas’, embora possamos nunca tê-lo experienciado” (ibid.: 42)

Isso se torna uma possibilidade pois, segundo o próprio Russell

Pode-se *descrever* um objeto através de termos que se encontram no interior de nossa experiência, e a proposição de que existe um objeto que responda a esta descrição é então uma descrição composta totalmente de constituintes experienciados. É portanto possível conhecer a verdade desta proposição sem passar à experiência exterior. Se aparece ao exame que nenhum objeto *experienciado* responde a esta descrição, segue-se a conclusão de que existem objetos não experienciados (ibid.: 41 - 42).

A experiência não abarca a soma total das coisas do mundo, mas o experienciar, diferentemente de outras operações mentais – o julgar, o sentir, o desejar, o querer – é a coisa mais característica e compreensiva que acontece no mundo mental. Embora seja perceptível a característica de pressuposição do experienciar para as demais operações mentais, e por mais que seja requerido que experienciamos os objetos aos quais eles dizem respeito, é só o experienciar que consiste simplesmente em experienciar o objeto. E, mesmo que seja possível a experiência de uma mente envolver a experiência de outra mente, ainda assim resta um grande número de coisas que somente uma mente pode experienciar. Com esse posicionamento, Russell, se contrapõe ao monismo neutro, pois o experienciar se constitui de uma relação entre o que é experienciado e o que experiencia.

Logo, quando um objeto *O* é experienciado por duas pessoas diferentes *A* e *B*, a experiência de *O* por parte de *A* é um fato, e a experiência de *O* por parte de *B* é outro fato. A experiência de *O* por parte de *A* pode ser experienciada por *A*, a experiência de *O* por parte de *B* pode ser experienciada por *B*, mas nenhuma delas pode experienciar a experiência da outra. *A* pode experienciar sua experiência de *O* sem precisar logicamente de qualquer outra experiência; logo, o fato de que ele experiência *O* não pode consistir numa relação a outros objetos da experiência, como supõe o monismo neutro. Destas características da experiência, parece ser uma inferência inevitável que a experiência de *O* por parte de *A* é diferente de *O*, e é de fato um complexo, do qual o próprio *A*, ou alguma entidade mais simples ligada a *A*, é um constituinte assim como *O*. Portanto o experienciar deve ser uma relação, na qual um termo é o objeto experienciado, enquanto o outro termo é aquele que experiência (ibid.: 42 - 43).

Desta forma, Russell emprega como sinônimo da palavra “experiência” duas outras palavras: “familiaridade” e “consciência”. Sendo “familiaridade” a mais usual; assim, quando *A* experiencia um objeto *O*, dizemos que *A* está familiarizado com *O*. Na relação de familiaridade, Russell considera o “sujeito” o domínio da relação e é a parte que experiencia o “objeto” que, por sua vez, é a parte experienciada, sendo o domínio inverso¹⁰ da relação.

Uma observação importante sobre o sujeito é que não se pode ter certeza se o sujeito de uma experiência é o mesmo que o sujeito de diferentes experiências pertencentes à mesma pessoa. Pois, há um empecilho quanto à relação de identidade dos sujeitos¹¹. Segundo Russell (ibid.: 43) “não identificamos uma mente com um sujeito. Uma mente é alguma coisa que persiste através de um certo período de tempo, mas não se deve assumir que o sujeito

¹⁰ Seria mais conveniente usar o termo “contradomínio” ao invés de “domínio inverso”, pois o termo “domínio inverso” remete a uma relação em que os termos são passíveis de inversão, o que certamente não se aplica à relação sujeito-objeto.

¹¹ Alcançamos os sujeitos somente por descrição.

persista”. Outro ponto de objeção é sobre a introspecção¹²; para Russell parece ser mais evidente termos consciência de nossas próprias experiências do que nos tornarmos conscientes do próprio sujeito. Apesar de não se ter acesso a um sujeito pela introspecção, ainda assim, Russell propõe o seguinte dilema: ou estamos realmente familiarizados com o sujeito ou não existe nenhuma razão para estarmos familiarizados com o sujeito.

Sobre a primeira hipótese, cujo sujeito estamos familiarizados, Russell considera a ligação ao significado da palavra “eu”. Devemos ter atenção quanto ao significado da palavra “eu” para se evitar confusão com o significado de “o ego”. Aqui temos a distinção entre o universal (“o ego”) e o particular (“eu”): “o ego” assume significado de universal por ter a característica geral que faz cada um de nós autodenominar-se “eu”; mas quando “eu” é usado, existe somente uma pessoa que é “eu”, um sujeito presente – porém, deve-se questionar se “eu” é alguma coisa com a qual se tem familiaridade. Para tanto, a introspecção não dá uma resposta favorável à hipótese do “eu”, pois a palavra “eu” (conforme o uso do senso comum) também representa uma descrição; não sendo um nome próprio verdadeiro no sentido lógico. Apenas objetos com que estamos familiarizados podem receber nomes próprios.

Passemos agora para a segunda questão. Russell indica que o sujeito é uma “variável aparente”, um referente para a relação de familiaridade, e para aquelas outras relações que pressupõem familiaridade. Sustenta-se que o dado, quando somos conscientes de experimentar um objeto *O*, é o fato “alguma coisa está familiarizada com *O*” – apesar da incapacidade de familiaridade com o sujeito, tal fato pode ser um dado. Contudo, um fato que envolve um sujeito pode não ser um fato mental¹³, pois os sujeitos podem ser constituintes de outros fatos chamados físicos. E, como os particulares não constituem os dados físicos, podemos considerar que a introspecção consiste de percepções que apresentam fatos, diferentemente das sensações que apresentam particulares.

Ao notarmos que uma experiência de familiaridade constitui uma experiência, o “eu” assume a característica do sujeito da experiência presente, porém não implica que sempre estamos familiarizados com o sujeito vazio de uma experiência. A partir do que foi sugerido como definição para o “eu”, Russell considera evidente que a experiência “presente” deve ser conhecida por familiaridade, e, conseqüentemente, alguns pontos devem ser considerados como necessários para garantir a validade do que foi posto: 1) a conexão entre a presença psicológica e o tempo presente, caso exista esta conexão; 2) o que está psicologicamente envolvido em nossa familiaridade com a experiência presente; e 3) o problema do regresso ao infinito.

Primeiro, Russell indica que o conhecimento de tempo, assim como o de tempo “presente” pode ser definido a partir da relação de “presença”. Entretanto, há alguma coisa lembrada ou alguma coisa abstrata que de modo algum está no tempo, se referindo ao sentido temporal presente. Desta forma, e pelo que já foi dito acerca do “eu”,

vemos que quando falamos de coisas que possuem a relação de presença com relação a “mim”, significamos as coisas que possuem a relação de presença para o sujeito da experiência presente. Assim a “experiência presente” é uma noção mais fundamental do que o “tempo presente”: este último pode ser definido em termos da primeira, mas não vice-versa (ibid.: 46).

Em segundo lugar, Russell trata da questão da experiência do experienciar estabelecida pela relação de presença no sentido de que os objetos da sensação e da percepção estão presentes e de que os objetos da memória não estão presentes. Se um sujeito *S* tem a

¹² A objeção mais forte contra a análise da experiência como uma relação dual entre o sujeito e o objeto deriva-se do ilusório do sujeito na introspecção.

¹³ Visto que o sujeito é posto somente por descrição, e que não se identifica uma mente com um sujeito.

relação P com um objeto que é uma experiência ($S - A - O$), então podemos escrever o seguinte:

$$S' - P - (S - A - O)$$

O que Russell classifica como instância de “autoconsciência” ou de “experiência de uma experiência presente”. Ainda mais, que não há necessidade lógica para envolver qualquer identidade entre os dois sujeitos S e S' , tendo em vista a noção de que o único “ego” ou “mente” que abrange os dois pode ser uma construção. “Portanto as ‘experiências presentes’ são aquelas experiências que possuem a relação de presença com o sujeito que usa a frase”. (ibid.).

Sobre o problema do regresso ao infinito, pelo que parece, Russell, ao defender a hipótese de que a experiência da experiência não requer a identidade entre os sujeitos, ele pressupõe que a experiência não está confinada ao privado. Com isso, aliás, a experiência da experiência não requer a suposição de autoconsciência, de modo que ela pode ser uma experiência comum, como qualquer outra. É assim que ele trata essa experiência nos mesmos termos de uma relação de atenção. Podemos observar o exemplo utilizado por ele acerca do processo de nomeação dos objetos presentes. Ele considera que o objeto que está na experiência presente, está familiarizado com o sujeito presente. Os objetos são conhecidos de forma imediata, pois estão no interior da experiência de um dado sujeito num dado momento a partir da relação de atenção. Assim,

os objetos aos quais eu conferisse nomes seriam todos eles objetos com os quais estaria familiarizado, mas não seria necessário para mim refletir que estou familiarizado com eles, ou perceber que todos eles participam de uma certa relação comigo mesmo. O que distingue os objetos aos quais posso dar nomes das outras coisas é o fato que estes objetos estão no interior de minha experiência, que estou familiarizado com eles, mas é somente a reflexão posterior que prova que todos eles têm esta característica distintiva; durante o processo de nomeação eles aparecem unicamente como este, aquele e aqueloutro (ibid.: 47).

“Este” é um nome próprio e não significa “o objeto que estou agora percebendo”. A palavra “este” não descreve o objeto ao qual se aplica, ou seja, “este” é um nome próprio aplicado ao objeto que agora é percebido. É o objeto de atenção do sujeito presente.

“Este” não requer ser definido pela propriedade de ser dado, mas é dado; primeiro ele é realmente dado, e então a reflexão mostra que ele é “aquilo que é dado”. Podemos agora refazer nossos passos na ordem oposta. Em qualquer momento de minha vida consciente, existe um objeto (ou pelo menos um número muito pequeno de objetos) que estou percebendo. Todo o conhecimento dos particulares irradia-se a partir deste objeto. Este objeto não é intrinsecamente distinguível dos outros objetos – simplesmente acontece (devido a causas que não nos dizem respeito) que estou percebendo. Desde que o estou percebendo, posso nomeá-lo; posso dar-lhe qualquer nome que escolha, mas quando a inventividade desaparece, estou apto a nomeá-lo “este” (ibid.: 47).

Portanto, existe uma relação de “atenção”, em que sempre existe um sujeito (“eu”) percebendo o objeto chamado “este”; que é percebido através da relação de presença em tempo presente.

Com a consideração dos particulares categóricos como “este” e “eu” e “agora”, Russell nota a mais conclusiva das refutações do monismo neutro, pois, segundo ele, o monismo neutro não produz uma caracterização dos particulares categóricos que possa transcender a simplicidade da particularidade, da individualidade e dos momentos de tempo.

Desta forma, para Russell, o monismo neutro não passa de um idealismo das sensações, pois reduz as sensações ao campo das ideias. Assim, o mundo ou o conhecimento acerca da realidade seria construído com base em certezas estabelecidas em primeira pessoa (conhecimento subjetivo). Entretanto, o que parece ser um discurso em primeira pessoa, é, na verdade, um conhecimento em terceira pessoa (conhecimento científico). Segundo Russell, isso mostra o não feito do monismo neutro em oferecer uma proposta fora do campo das ideias.

Russell considera um princípio de seleção, que estabelece a relação causal entre o sujeito e o objeto e um tempo, e foi essa seletividade da mente que o monismo neutro não caracterizou.

O que exijo é uma caracterização daquele princípio de seleção que, para uma pessoa dada num momento dado, torna íntimos, próximos e imediatos um objeto, um sujeito e um tempo, de tal modo que nenhum outro objeto, sujeito ou tempo podem ser para aquele sujeito naquele tempo, embora a mesma intimidade, proximidade e imediaticidade pertençam a estas outras em relação a outros sujeitos e outros tempos (ibid.: 46).

Adiante, para fins de análise, Russell considera a teoria de que o “conteúdo”, além do sujeito e do objeto, também está envolvido na relação de familiaridade, e utiliza a distinção entre conteúdo e objeto notada por Alexius Meinong¹⁴ (1853 – 1920).

Para Meinong, conteúdo e objeto não são a mesma coisa. A primeira diferença consiste na consideração de que o objeto pode ser alguma coisa não-existente – seja porque é autocontraditório (como o quadrado redondo), seja porque acontece de tal coisa não existir ou porque sua existência pertença ao passado ou ao futuro – já o conteúdo deve existir quando existir a apresentação. A outra diferença indica que o objeto pode não ser físico, mas o conteúdo deve ser físico. Quanto à apresentação, Meinong considera que

duas apresentações de objetos diferentes não podem ser completamente similares entre si, e portanto a diferença nos objetos deve apontar para alguma diferença nas representações. Ora, aquilo em que duas apresentações podem deferir apesar da identidade do “ato” é o que se deve chamar o “conteúdo”. Isto existe agora e é físico, mesmo quando o objeto não existe, ou é passado ou futuro, ou não é físico (MEINONG apud RUSSELL. 1978: 49).

Russell considera o “conteúdo” de Meinong como sendo um “estado da mente” e direciona a questão para existência dos “estados da mente” enquanto opostos aos objetos conhecidos de vários modos.

Segundo Meinong, pode parecer impossível existir agora a apresentação se seu conteúdo não existe agora, porém, Russell argumenta sobre:

Se a apresentação consiste total e unicamente, como sustentamos, numa relação entre sujeito e o objeto, então uma apresentação da memória é um complexo no qual um constituinte está presente enquanto o outro é passado. Não é claro que tal complexo tenha qualquer posição definida nas séries temporais: o fato de que o sujeito que lembra está no presente. Observações similares aplicam-se ao caso das apresentações cujos objetos não estão de modo algum no tempo...a palavra “existe” é muito ambígua, mas se ela significa “estar em algum lugar das séries-temporais”, então não é de modo algum claro que a apresentação exista; e se significa qualquer outro significado legítimo, não é claro que o objeto não exista (ibid.: 50).

¹⁴ Artigo: “Über Gegenstände höherer Ordnung und deren Verhältniss zur inneren Wahrnehmung.

Sobre os argumentos de que o conteúdo deve ser físico enquanto o objeto pode não ser, Russell considera que eles “podem ser omitidos, uma vez que não proporcionam qualquer base independente para se acreditar que existam coisas tais como os conteúdos” (ibid.).

Para Russell, a crença nos “conteúdos” enquanto opostos aos objetos ganhou mais força com o argumento de que deve existir alguma diferença entre duas apresentações de objetos diferentes. Assim,

À primeira vista, parece óbvio que minha mente está em “estados” diferentes quando estou pensando em uma coisa e quando estou pensando na outra. Mas de fato a diferença de objeto supre toda a diferença requerida. Parece existir, na hipótese dos “estados” da mente, uma operação (geralmente inconsciente) da teoria “interna” das relações: pensa-se que alguma diferença intrínseca no sujeito deve corresponder à diferença nos objetos com os quais ela tem a relação de apresentação...assumirei portanto a teoria “externa” das relações, segundo a qual a diferença das relações não proporciona nenhuma evidência para a diferença dos predicados intrínsecos. Segue-se que, do fato de que o complexo “minha consciência de A” é diferente do complexo “minha consciência de B”, não se segue que quando sou consciente de A eu tenha alguma qualidade intrínseca que não tenho quando sou consciente de B mas não de A. Não existe portanto nenhuma razão para assumir uma diferença no sujeito que corresponda à diferença entre dois objetos apresentados (ibid.: 50).

Depois de analisar e rejeitar os argumentos de Meinong sobre os “conteúdos”, Russell investiga sobre outras razões que possam existir para se assumirem os “conteúdos”. Segundo Russell, um possível descuido no uso de palavras como “imagem” e “ideia” pode ter reforçado a crença nos “conteúdos”. Suponhamos que um objeto físico é visto de muitos pontos de vista diferentes, seremos levados a pensar que o próprio objeto físico dado é o objeto de muitas apresentações, e que as diferentes imagens são os diferentes conteúdos. Entretanto, Russell sugere que tudo não passa de uma confusão gerada pela linguagem e que desagua em construções teóricas.

Aquele objeto físico que se supõe ser visto desde diferentes pontos de vista é uma construção teórica, e não é o objeto de qualquer apresentação. Os objetos das várias apresentações consideradas são dados visuais imediatos desde os diferentes pontos de vista. A mudança nos dados visuais, combinada com a crença em que o objeto físico é imutável, tende a gerar a crença em que os dados visuais são “modificações subjetivas”, e a obscurecer desta forma seu caráter enquanto objetos (ibid.: 51).

Na falta de argumentos válidos, uma outra razão para se admitir os “conteúdos” seria com base nas evidências introspectivas. Logo, na falta de tais evidências pode-se concluir que não existe nenhuma razão para admitir os “conteúdos”. E, segundo Russell (ibid.: 51), “a origem principal das teorias subjetivas sempre foram as supostas ilusões dos sentidos”.

Considerações finais

Após o que foi exposto, podemos perceber que Russell foi um filósofo analítico que mergulhou de forma profunda em busca de um método mais adequado para o uso das palavras, se mostrando preocupado com o entendimento através da simplicidade e com as possíveis confusões causadas por novos significados atribuídos à linguagem ordinária. Ele não apenas analisou o uso da palavra experiência como, também, questionou outras teorias contrárias ao seu pensamento como forma de embasar sua análise da experiência como uma relação de familiaridade que envolve um sujeito e um objeto que somente são alcançados por descrição, não tendo referência alguma com o pensamento metafísico de um sujeito e um objeto como coisas que possuem essência, como substâncias primárias. Assim, ele recusa o

dualismo cartesiano por defende a existência substancial de um sujeito e um objeto, como o empirismo de John Locke e o de George Berkeley, porém o ceticismo de Hume abriu caminho para Russell.

Russell considera a relação de experiência como uma relação de familiaridade que envolve duas partes: uma que experiencia e que é definida como sujeito e a outra parte que é experienciada, definida como objeto. Ainda mais, que não há relação de experiência sem uma das partes, logo podemos dizer que o sujeito é qualquer coisa que esteja familiarizado com os objetos. Entretanto, Russell considera que o próprio sujeito pode não estar familiarizado consigo próprio. Apesar dessa possível impossibilidade do sujeito se perceber, nada impede a explicação de palavras que são utilizadas como nomes próprios como “eu” e “este” (nome próprio do objeto de atenção) que estão envolvidos pela relação de atenção. É a partir da consideração dos particulares categóricos como “eu”, “este” e “agora”, que Russell mostra a refutação mais forte contra o monismo neutro, por achar que este foi incapaz de caracterizar o princípio de seleção, ou seja, a seletividade da experiência.

E, finalmente, Russell rejeita a teoria de que há “conteúdo” envolvido na relação de familiaridade. Para ele, os conteúdos não passam de modificações mentais e que a diversidade que se julga é uma confusão consequente da ilusão de assumir uma subjetiva. Juntamente, rejeita a ideia de que apenas por introspecção temos conhecimento imediato.

Referências bibliográficas:

AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Geiger, Paulo (org.). Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BERKELEY, George. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os pensadores)

DESCARTES, René. *Meditações sobre filosofia primeira*. Trad. Fausto Castilho. Campinas: Cemodecon – IFCH/Unicamp, 2003.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os pensadores)

_____. *Tratado da natureza humana*. Trad. Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Caloste Gulbenkian, 2001.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Col. Os pensadores)

RUSSELL, Bertrand. *Lógica e conhecimento*. In.: LACEY, Matthew Hugh (Org.). *Ensaios escolhidos*. Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os pensadores).